



*Poder Judiciário
Justiça Federal
Seção Judiciária do Distrito Federal
17ª Vara*

AUTOS Nº: 61755-88.2013.4.01.3400
CLASSE: 7100 – AÇÃO CIVIL PÚBLICA
PARTE AUTORA: CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA
PARTE RÉ: CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA

DECISÃO

Trata-se de ação civil pública, processada pelo rito ordinário, com pedido de antecipação de tutela, que o Conselho Federal de Medicina (CFM) ajuizou contra o Conselho Federal de Farmácia (CFF) objetivando a suspensão e a declaração de inconstitucionalidade da Resolução nº 573/2013, por (i) não preencherem, os profissionais da área farmacêutica, qualificação profissional para realizar os procedimentos dispostos na Resolução, violando o artigo 5º, inciso XIII, da Constituição, (ii) ter o Conselho Federal de Farmácia exorbitado sua competência legal para regulamentar a prática de procedimentos e (iii) potencial lesão à saúde coletiva.

Sustentou, em síntese, que:

- a) Possui legitimidade ativa para ajuizar a presente demanda, pois, por ser uma autarquia federal, lhe compete proteger interesses coletivos da sociedade;
- b) “(...) não existe norma, constitucional ou legal, que conceda ao réu competência para normatizar a conduta dos farmacêuticos em face da possibilidade de realizar tratamento estético invasivo. (...) Com efeito, os poderes que lhe foram conferidos por lei não são aptos a alicerçar a regulamentação que o réu editou por meio da Resolução CFF nº 573/2013” (fl. 13);
- c) “(...) os procedimentos e substâncias listados nas Resoluções CFF nº 573/2013 são quase todos invasivos, mesmo que superficiais, e, portanto, passíveis de causar lesões graves.” (fl. 14)
- d) O farmacêutico não possui habilitação e conhecimento para praticar os procedimentos descritos na Resolução CFF nº 573/2013;

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized, cursive script.

e) A Lei nº 12.842/2013, art. 4º, indica que “a indicação da execução e execução de procedimentos invasivos, sejam diagnósticos, terapêuticos ou estéticos, incluindo os acessos vasculares profundos, as biópsias e as endoscopias” (fl. 42) são atividades estritamente médicas.

Acompanham a petição inicial os documentos de fls. 50/126.

O Conselho Federal de Farmácia apresentou manifestação prévia acerca do pedido de antecipação de tutela (fls. 133/365). Defende, resumidamente, que:

a) O pedido de declaração de inconstitucionalidade da Resolução CFF nº 573/2013 não pode processado em sede de controle difuso de constitucionalidade, pois impugna ato normativo federal genérico e sem referência a relações jurídicas concretas, devendo o processo ser extinto sem julgamento de mérito;

b) A Resolução impugna apenas regula a atividade a ser exercida pelo profissional a partir da competência legal do CFF para tanto;

c) “(...) nenhum procedimento invasivo se configura na lista de atividades definidas pelo CFF ao farmacêutico atuante no âmbito da estética, o que afasta, ainda que em interpretação reflexa, a aplicação da Lei nº 12.842/13 (...);”

É o relato do necessário. Decido.

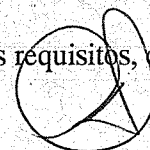
Inicialmente, tenho que não assiste razão ao réu de que o pedido pressupõe juízo em sede de controle difuso de constitucionalidade, pois se trata, propriamente, de controle de legalidade, tendo por base a análise à luz da Lei nº 12.842/2013.

O deferimento da antecipação da tutela, na decisão inicial, depende da presença cumulativa dos seguintes requisitos do art. 273 do CPC: (i) existência de prova inequívoca acerca da verossimilhança da alegação (*fumus boni iuris*); e (ii) fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, desde que não haja perigo de irreversibilidade do provimento antecipado (*periculum in mora*).

Passo ao seu exame.

A questão posta nos autos está centralizada na natureza dos procedimentos inculpidos na Resolução CFF nº 573/2013, se são ou não invasivos. Caso sejam, tendo em vista o artigo 4º, inciso III, da Lei nº 12.842/2013, só podem ser realizados por profissional médico. Todavia, verifico, em análise superficial, adequada à presente fase, que a demandante não se desincumbiu do ônus de demonstrar, de forma inequívoca, que os referidos procedimentos são invasivos.

Assim, não vislumbro, na espécie, *fumus boni iuris*. Portanto, estando ausente um dos requisitos, o




pedido de medida liminar deve ser indeferido. Inteligência do art. 273 do CPC.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido de antecipação de tutela, com base no art. 273 do CPC.

Intimem-se.

Cite(m)-se.

Brasília, 4 de dezembro de 2013.


MARIA CÂNDIDA CARVALHO MONTEIRO DE ALMEIDA
Juíza Federal Substituta da 17ª Vara da SJDF
no exercício da titularidade